



PROJETO DE LEI Nº 028/2024

CRIA O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - CDM, CONFORME ESTABELECE A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 003, DE 10 DE MAIO DE 2023, QUE ESTABELECE OS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, POLÍTICAS, PROGRAMAS, PROJETOS E OUTROS INSTRUMENTOS DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JÚLIO CÉSAR CAMPANI, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica criada o Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, em observância ao art. 266 da Lei Complementar Municipal nº 003, de 10 de maio de 2023, que Estabelece os Princípios, Diretrizes, Políticas, Programas, Projetos e Outros Instrumentos do Desenvolvimento do Município de São Sebastião do Caí.

Art. 2º O Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, vinculado a Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Ouvidoria, será composto paritariamente pelo Poder Executivo e por representantes das entidades da sociedade civil, devendo se reunir no máximo a cada 60 dias, tendo por atribuições:

I - integrar e articular as políticas específicas e setoriais na área do desenvolvimento urbano e rural, como planejamento e gestão do uso do solo, habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade;

II - mediar os interesses existentes em cada local, constituindo-se em um espaço permanente de discussão, negociação e pactuação, visando garantir a gestão pública participativa;

III - fortalecer os atores/sujeitos sociopolíticos autônomos;

IV - consolidar a gestão democrática, como garantia da implementação das políticas públicas constituídas coletivamente nos canais de participação;

V - compartilhar as informações e as decisões, pertinentes à política de desenvolvimento urbano e rural, com a população.

Art. 3º O Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM terá como principais atribuições:

I - debater, avaliar, propor, definir e fiscalizar programas, projetos, a política de desenvolvimento urbano e rural, bem como as políticas de gestão do solo, habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade em conjunto com o governo e sociedade civil, inclusive para os casos previstos no art. 132, da Lei Complementar Municipal nº 003, de 10 de maio de 2023;



II - acompanhar e avaliar a implantação do Plano Diretor Municipal, bem como sugerir alterações, e colaborar em todas as atividades que se relacionem com o planejamento do desenvolvimento do Município;

III - coordenar a organização das conferências das Cidades, na esfera municipal, possibilitando a participação de todos os segmentos da sociedade;

IV - promover a articulação entre os programas e os recursos que tenham impacto sobre o desenvolvimento urbano e rural;

V - coordenar o processo participativo de elaboração e execução do Plano Diretor;

VI - debater a elaboração e execução do orçamento público, plano plurianual, leis de diretrizes orçamentárias e planejamento participativo de forma integrada;

VII - emitir parecer sobre a implementação de empreendimentos imobiliários que causem grande impacto urbanístico;

VIII - propor a edição de normas que regulem matéria territorial, urbana e ambiental;

IX - articular-se com outros conselhos, de forma a integrar ações e Políticas de intervenção territorial.

X - divulgação ampla de seus trabalhos e ações realizadas;

XI - promover a realização de estudos, debates, pesquisas e ações que propiciem a utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos, para a população municipal;

XII - realização de cursos, oficinas, debates, simpósios, seminários com os diversos segmentos da sociedade, buscando a disseminação de informação e a formação continuada;

XIII - elaborar e aprovar o Regimento Interno e deliberar sobre as alterações propostas por seus membros.

Art. 4º O Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM será paritário, composto por 09 (nove) membros titulares e 09 (nove) suplentes, da seguinte forma:

I – 03 (três) titulares e 03 (três) suplentes representantes de entidades governamentais, indicados pela própria;

II – 03 (três) titulares e 03 (três) suplentes representantes de comunidades locais, eleitos pelas respectivas representações, a partir da divisão do Município em unidades territoriais, tais como bairros, vilas, localidades, distritos, entre outros; e

III – 03 (três) titulares e 03 (três) suplentes representantes de entidades não governamentais, indicadas pela própria, obedecida a seguinte proporção:

a) 01 (um) titular e 01 (um) suplente representando associação que congregue a indústria ou o comércio;

b) 01 (um) titular e 01 (um) suplente representando entidade de classe; e

c) 01 (um) titular e 01 (um) suplente representando universidade vinculada ao Município.

§ 1º O poder executivo, através de portaria, nomeará os representantes do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM e indicará a presidência deste conselho;

§ 2º Os mandatos deverão ser de no máximo dois anos, permitida uma recondução, com a necessidade de renovação em cada eleição de no mínimo um terço de seus membros.

Art. 5º Perderá o mandato o Conselheiro que:



- I – desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;
- II – faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;
- III – apresentar renúncia ao plenário do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM.

Art. 6º Nos casos de impedimento falta ou renúncia, os membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos, cabendo ao ente público ou entidades a indicação de novo membro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art.7º Esta Lei entra em vigor nesta data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,

JÚLIO CÉSAR CAMPANI
Prefeito Municipal.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Senhor Presidente,

Nobres Vereadores!

Através do presente Projeto de Lei, o Executivo Municipal solicita autorização desta Câmara para criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, em observância ao art. 266 da Lei Complementar Municipal nº 003, de 10 de maio de 2023, que Estabelece os Princípios, Diretrizes, Políticas, Programas, Projetos e Outros Instrumentos do Desenvolvimento do Município de São Sebastião do Caí.

Cumprе ressaltar que, como dito alhures, a necessidade de criação deste Conselho decorre de provimento contido na supramencionada que instituiu o novo Plano Diretor do Município.

Incluem-se, entre os principais objetivos do Conselho analisar, debater, avaliar, propor, definir e fiscalizar programas e projetos que versam sobre a política do desenvolvimento urbano e rural, gestão do solo, habitação, saneamento, transporte, mobilidade, entres outros temas que impactam diretamente a vida de nossa comunidade.

Cumprе apontar que o órgão será composto, conforme previsão legal, por membros provenientes do governo, representantes de bairros, sociedade civil organizada, associação empresarial ou comercial, entidade de classe e universidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Pelo exposto, solicito aos Nobres Edis que o referido Projeto seja votado nos termos ora propostos.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, aos 16 dias do mês de abril de 2024.

JÚLIO CÉSAR CAMPANI
Prefeito Municipal



- Parecer Jurídico -

Parecer n.º 020/2024.

Ref.: Projeto de Lei n.º 028/2024.

Assunto: Cria o Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, Conforme Estabelece a Lei Complementar Municipal nº 003, de 10 de Maio de 2023, que Estabelece os Princípios, Diretrizes, Políticas, Programas, Projetos e Outros Instrumentos do Desenvolvimento do Município de São Sebastião do Caí e Dá Outras Providências.

Iniciativa: Executivo Municipal.

PROJETO DE LEI Nº 028/2024 – INICIATIVA DO EXECUTIVO – CRIA O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – CDM, CONFORME ESTABELECE A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 003, DE 10 DE MAIO DE 2023, QUE ESTABELECE OS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, POLÍTICAS, PROGRAMAS, PROJETOS E OUTROS INSTRUMENTOS DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei n.º 028/2024, de iniciativa do Executivo Municipal, que foi encaminhado a esta Casa para análise e emissão de parecer. O Projeto de Lei visa Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM.

Aponta em justificativa que a necessidade de criação do CDM decorre de provimento contido na Lei Complementar Municipal nº003, de 10 de maio de 2023, que institui o novo Plano Diretor do Município.

Aponta, ainda, as principais atribuições:



Incluem-se, entre os principais objetivos do Conselho analisar, debater, avaliar, propor, definir e fiscalizar programas e projetos que versam sobre a política do desenvolvimento urbano e rural, gestão do solo, habitação, saneamento, transporte, mobilidade, entres outros temas que impactam diretamente a vida de nossa comunidade.

O órgão será composto, conforme previsão legal, por membros do governo, representantes de bairros, sociedade civil organizada, associação empresarial ou comercial, entidade de classe e universidade. A Lei, também, estabelece o prazo do mandato:

§ 2º Os mandatos deverão ser de no máximo dois anos, permitida uma recondução, com a necessidade de renovação em cada eleição de no mínimo um terço de seus membros.

Instruem o pedido, no que interessa:

(i) Minuta do Projeto n.º 028/2024; (ii) Justificativa;

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Em tese, cabe destacar que o exame desta Assessoria Jurídica contém-se tão-somente à matéria jurídica envolvida nos termos da sua competência legal. Portanto, tem caráter meramente opinativo, expressando opinião fundamentada a partir da legislação, dos princípios doutrinários e científicos e tendo por base os documentos juntados, razão pela qual, a análise Jurídica jamais implicam em deliberações, as quais são competência exclusiva dos Senhores Vereadores.

Posto isto, constata-se que a proposição encontra respaldo no que diz respeito à autonomia e à competência legislativa do Município, insculpida no art.30,I,II e V da Constituição Federal, que assegura a autoadministração e a autolegislação com um



**CÂMARA
MUNICIPAL DE
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**

conjunto de competências materiais e legislativas para os Municípios:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(...)

O artigo 4º da Lei Orgânica Municipal repete a Carta Magna e fixa competência do Município para Legislar em matéria de interesse local e, mais especificamente, os incisos VIII e X, onde tocam a matéria de forma direta.

Art. 4º Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

(...)

X - organizar seus serviços administrativos e patrimoniais;

A proposição atende os ditames constitucionais, uma vez que se trata de assuntos de interesse local, sendo matéria de competência legislativa Municipal. Portanto, é clara a competência do Executivo nesta proposição, não existindo obstáculos legais a sua tramitação nesta Casa de Leis, cabendo aos nobres Vereadores à análise em plenário.

III - DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, observadas as recomendações constantes neste parecer, não se vislumbra óbice ao pretendido, sendo que a presente propositura enseja a legalidade normativa, não contrariando os preceitos legais.

Sendo assim, entende esta Assessoria Jurídica que o Projeto de Lei 028/2024, possui elementos necessários para seguir os trâmites dentro do Processo Legislativo.

São Sebastião do Caí, 17 de abril de 2024.

LISIANE DANIELA DE OLIVEIRA

Assessora Jurídica da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí.

OAB/RS 118.431

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

COMISSÃO GERAL DE PARECERES

Assunto: Expediente – PM 028/2024 - CM 058/24

Relator: Elson Lopes

Projeto de lei do Executivo Municipal que cria o Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, conforme estabelece a Lei Complementar Municipal nº 003, que estabelece os princípios, diretrizes, políticas, programas, projetos e outros instrumentos do desenvolvimento do município de São Sebastião do Caí e dá outras providências.

PARECER

Sou de parecer **favorável** à aprovação do projeto de lei.

Em 18 de abril de 2024.



Vereador ELSON LOPES
Relator

Voto dos Vereadores Anastácio da Silva, Diego Flores, Nilse Maria A. de Lima e Dilson Dioclecio Pires: de acordo com o relator.

PARECER CONCLUSIVO

A CGP é, por unanimidade, **favorável** à aprovação do projeto de lei.
Em 18 de abril de 2024.



Vereador DIEGO FLORES
Presidente



ANASTÁCIO DA SILVA



DILSON DIOCLECIO PIRES



ELSON LOPES



NILSE MARIA ALVES DE LIMA